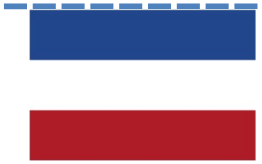
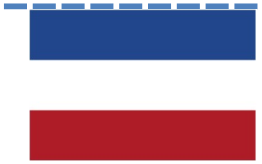
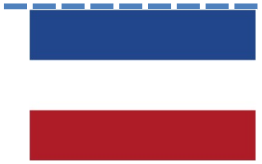
PROUD TO TEACH ALL

Políticas de Aprendizagem Profissional de Professores para Inclusão					
PAÍS					
Qualificação do Professor - requisitos	Existem dois grupos de programas que levam ao ensino superior pedagógico e à qualificação de professores: académicos (pedagogia seguida de estudos profissionais do ensino superior) e profissionais (programas de estudos profissionais do ensino superior de primeiro e segundo nível).	Universidades oferecem programas de formação de professores ao nível de licenciatura e bacharelato para ECE, pré-escolar, primário e ensino secundário.	Todos os professores, quer trabalhem no público, privado ou em estabelecimentos cooperativos, têm de ter um mestrado para aceder à profissão.	Envolve quatro anos de formação de professores. Os professores do ensino primário qualificam-se em instituições de ensino superior; os professores do ensino secundário têm duas formas de qualificação (ensino secundário inferior e qualificação completa).	Formação Académica e acreditação profissional do Estatuto de Professor Qualificado e passar por um período de indução. Existem várias formas para a formação inicial do professor, tendo que atender aos Padrões dos Professores (ensino e conduta pessoal e profissional).
Competências básicas do professor	Consiste em quatro partes: pedagogia e psicologia, conteúdo de disciplinas específicas e metodologia de ensino, prática pedagógica e desenvolvimento da tese de qualificação e cursos de educação geral.	Dois conjuntos de competências devem ser alcançadas: um perfil profissional e competências básicas. Estes incluem: conceção de ambientes de aprendizagem poderosos, lidar com a diversidade, comunicação e implementação de iniciativas de ampliação de cuidados.	Inclui dois componentes: profissional e ética (desenvolvimento da autonomia e plena inclusão dos alunos) e desenvolvimento do ensino e da aprendizagem (aprendizagem significativa sobre os objetivos do currículo, desenvolvimento de competências essenciais).	Alinhamento com normas de competência como na Lei de Profissões da Educação – conhecimentos básicos e competências ligadas aos quatro papéis dos professores: papel interpessoal, pedagógico, organizacional e especializado na matéria e métodos de ensino.	Alinhado com os Padrões do Professor, um professor deve: definir altas expectativas, promover o bom progresso dos alunos e resultados, demonstrar conhecimento sobre a disciplina e currículo, planear e ensinar aprendizagens de estrutura, adaptar o ensino, usar de forma precisa e produtiva a avaliação e gerir o comportamento de forma eficaz.
Conhecimento, atitudes e competências	Não existe um currículo padrão nas Ciências Pedagógicas. No entanto, todos os estudantes de pedagogia têm que adquirir conhecimento em psicologia, pedagogia especial e medicina, para integrar alunos com necessidades especiais em escolas regulares.	Domínio da educação inclusiva. Domínio de competências especificas, tais como: lidar com alunos com problemas comportamentais e de aprendizagem, lidar com a superdotação e lidar com a diversidade.	Abordagem genérica e introdutória à inclusão, relacionada com problemas, compreensão e apoiar todos os alunos e famílias. Em grande parte das vezes, esses conteúdos são lecionados em disciplinas são opcionais.	É composto por uma introdução para ensinar os alunos com necessidades especiais e um curso opcional em necessidades educativas especiais. É pretendida uma maior concentração em apoiar eficazmente os alunos com necessidades adicionais de apoio nas escolas regulares e melhorar o uso da investigação-informada nas formas de ensinar.	Não há prescrição de um currículo. No entanto, a formação inicial de professores, deve permitir aos formandos a demonstrar o encontro/ligação com os Padrões dos Professores. Recomendou-se o desenvolvimento de um quadro de conteúdo principal, incluindo conteúdo em Necessidades educativas especiais e deficiência.

PROUD TO TEACH ALL

Políticas de Aprendizagem Profissional de Professores para Inclusão					
PAÍS					
Desenvolvimento Profissional	O desenvolvimento profissional é obrigatório para professores de todos os níveis de ensino. Não há regulamentação sobre isso, no entanto, os requisitos para CPD concentram-se em conteúdos educativos inclusivos. O currículo inclui o desenvolvimento de competências gerais dos pedagogos.	As escolas e professores são responsáveis pelo seu próprio desenvolvimento profissional, de acordo com as suas próprias necessidades. Tópicos prioritários para estar em serviço: os programas de formação são definidos pelo governo, que também os financia.	Os professores são incentivados a fazer formação regular. Prioridade do desenvolvimento profissional incide sobre: promoção do sucesso escolar, currículo do ensino básico e secundário, conceção dos princípios norteadores, operacionalização e avaliação da aprendizagem.	Os Quadros das escolas têm de empregar pessoal competente e permitir a melhoria das suas competências. A profissionalização dos professores é apoiada por um programa nacional, que tem como objetivo preparar todos os professores para adaptar as aulas às necessidades dos alunos.	As necessidades de desenvolvimento profissional são determinadas por cada professor, no contexto da gestão de desempenho e do plano de desenvolvimento escolar.
Estratégias para aumentar as capacidades das escolas em apoiar o desenvolvimento profissional	Os governos locais apoiam as equipas escolares para oferecer oportunidades educativas a todas as crianças. As equipas escolares são apoiadas no envolvimento em projetos de curto e longo prazo, na organização da educação contínua para o corpo docente e no trabalho de metodologia pedagógica.	Cada escola desenvolve um plano anual de desenvolvimento profissional. Estratégias: diálogo profissional regular e reflexão sobre aprendizagem e ensino; Estimulação da partilha interna e externa; incentivo a iniciativas de desenvolvimento profissional; inspeção escolar; orientação e aconselhamento; e processo cíclico de garantia de qualidade.	Não existe um mecanismo específico para envolver os professores em programas de desenvolvimento profissional. Existem mecanismos de monitorização para avaliar as práticas inclusivas das escolas: processos de autoavaliação das escolas (para melhorar a eficiência, eficácia e responsabilidade) e avaliação externa das escolas (para apoiar a capacitação, autoavaliação e participação da comunidade e avaliar práticas inclusivas).	Há liberdade para decidir como atingir as metas. Não há currículo padrão para todas as escolas. Os institutos de ensino superior desenvolveram um conjunto de requisitos para o desenvolvimento de currículos. Escolas primárias e secundárias são inspecionadas para avaliar como adaptam o ensino às necessidades individuais dos alunos, em escolas regulares e em escolas especiais. As escolas decidem o desenvolvimento profissional que é necessário.	A estratégia de recrutamento e retenção de professores tem várias prioridades: ajudar os líderes a criar estruturas escolares de apoio, apoiar os professores nos seus estágios iniciais de carreira e garantir que o ensino permaneça atraente.

PROUD TO TEACH ALL

Políticas de Aprendizagem Profissional de Professores para Inclusão					
PAÍS					
Governo: iniciativas para o desenvolvimento profissional		Existem projetos-piloto destinados a reforçar a formação de professores em três áreas: conhecimentos profissionais e didática, programas de formação flexíveis e diversidade. Há também seminários gratuitos sobre vários temas. O governo também subsidia uma revista gratuita com materiais frequentemente usados em programas de desenvolvimento profissional.	Houve várias sessões de formação para equipas de liderança de escolas de educação inclusiva e cursos online sobre educação inclusiva.	O governo pode fornecer mais iniciativas financeiras para continuar com o desenvolvimento profissional, pode aconselhar sobre políticas atuais de educação inclusiva.	Há materiais publicados num portal online do governo. Esses materiais estão relacionados com: Perturbação do espectro do autismo dislexia/dificuldades especificas de aprendizagem, dificuldades com a fala e a comunicação; dificuldades comportamentais, emocionais e sociais; e dificuldades de aprendizagem moderadas.
Incentivos para todos os professores para se envolverem em atividades de aprendizagem profissional	Existem dois tipos de formação para professores: os professores podem estruturar a formação dos módulos através de diferentes programas ou podem ensinar outra disciplina ou trabalhar noutro nível de educação. Isto dá-lhes o direito de ensinar sem a educação superior em em pedagogia.	Alguns diplomas de programas avançados de Bacharelato dão aos funcionários da escola um complemento salarial. Todas as escolas recebem um orçamento para pagar a formação de professores. Cada escola tem uma quantidade de dias escolares por ano, que devem ser dedicados à formação.	A formação contínua pode ser implementada por instituições de ensino superior, centros de formação em agrupamentos de escolas, centros de formação de associações científicas ou profissionais e por centros de administração central ou local. Estes são credenciados e permitem o progresso nas carreiras de ensino.	Cada escola recebe uma quantia de dinheiro para cada professor empregado, e cada escola decide como gastar. Os Institutos Superiores de Educação e empresas privadas oferecem várias oportunidades de formação. Os agrupamentos de escolas também elaboram programas de formação.	Há qualificações obrigatórias para os professores a trabalharem como coordenadores de necessidades educativas especiais. Os professores devem ter o grau de mestre centrado na prática inclusiva. As taxas podem ser pagas pelo governo se o mestrado estiver concluído.
Informações retiradas de:	Eurydice, National Education Systems, *COUNTRY*, Initial Education for Teachers Working in Early Childhood and School Education European Agency, Country information, Teacher education for inclusive education[3] Eurydice, National Education Systems, *COUNTRY*, Teachers and Education Staff Eurydice, National Education Systems, *COUNTRY*, Continuing Professional Development for Academic Staff Working in Higher Education European Agency, Country Policy Review and Analysis European Agency, Policy Mapping Grid				